



SEM LICENÇA

PARA

DESTRUIÇÃO

**CARGILL E AS FALSAS SOLUÇÕES
PARA CRISE CLIMÁTICA**



REPARAÇÃO JÁ

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

**6 MAQUIAGEM VERDE: DISCURSOS E ESTRATÉGIAS PARA A
CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM DE EMPRESA SUSTENTÁVEL**

**13 CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR): UMA FERRAMENTA A FAVOR
DO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO**

19 RASTREABILIDADE DA PRODUÇÃO: MECANISMO DE OCULTAÇÃO

22 A FALSA BIOECONOMIA

Realização:



Apoio:



Pesquisadora: Gabriela de Oliveira Junqueira

Texto: Lanna Paula Ramos, Franciele Petry Schramm e Pedro Sérgio Vieira Martins

Projeto Gráfico: Amí Comunicação e Design



APRESENTAÇÃO

O tema da crise climática tem ocupado espaço central de debate na sociedade devido ao aumento dos efeitos das mudanças no clima enfrentados em todo o mundo. Há algumas décadas a Organização das Nações Unidas (ONU) promove a Conferência das Partes (*Conference of the Parties* – COP), um encontro que reúne representantes de vários países, empresas, organizações e entidades da sociedade civil dispostos a negociar soluções e firmar acordos de mitigação das mudanças climáticas, principalmente com foco nas reduções das emissões de gases do efeito estufa na atmosfera.

Em 2021, a COP 26 realizada na Escócia tem como objetivo finalizar as regras que compõem o Acordo de Paris, assinado em 2015. O tratado contém medidas a serem adotadas pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) para conter o aquecimento global e tentar limitar o aumento da temperatura da Terra a apenas 1,5°C. No entanto, a COP 26 caminha entre controvérsias.

As propostas e medidas apresentadas pelos países têm demonstrado alternativas pouco eficazes, que na realidade contribuem para a manutenção dos modos produtivos de grande emissão de gases do efeito estufa. As discussões em torno de mecanismos como, por exemplo, mercados de créditos de carbono e offsets florestais deixam de lado o verdadeiro papel que grandes indústrias e empresas possuem na crise climática e dão subsídios que permitem a continuidade da degradação ambiental baseada nessas ditas verdes e sustentáveis.

Essa maquiagem verde ou *greenwashing* (lavagem verde em tradução literal) é também a estratégia da vez das empresas – inclusive nas negociações no âmbito da COP 26 – para manterem suas atividades nesse momento de grandes debates a respeito do meio ambiente e do clima.


Para contribuir com o debate do clima e desvelar como a sustentabilidade tem servido ao capital e ao mercado, apresentamos nesse estudo as estratégias utilizadas pela Cargill, empresa transnacional presente na Região Norte do Brasil, mais especificamente nas cidades de Santarém e Itaituba, no Pará.

A Cargill é considerada a empresa com maior capital privado do mundo e no Brasil atua no setor do agronegócio, que é considerado por pesquisadores, entidades e organizações da sociedade civil um dos setores mercadológicos que mais causam impactos ao meio ambiente e as comunidades e povos tradicionais brasileiros.

Com anos de atuação no país, a Cargill enfrenta inúmeras denúncias feitas por movimentos sociais e organizações da sociedade civil a respeito dos danos socioambientais causados pelas suas atividades. Diante disso, a empresa adotou o discurso da sustentabilidade como uma estratégia de ocultação dos danos socioambientais ocasionados no território brasileiro.

Este estudo apresenta como a Cargill utiliza-se do debate do clima para maquiagem suas atividades, demonstrando quais são os mecanismos de propaganda e institucionais (planos, projetos, entre outros) acionados para a construção da imagem de empresa sustentável.

O debate sobre a crise climática, para além de negociar acordos de mitigação das mudanças climáticas, precisa reconhecer o papel de indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais na proteção do meio ambiente, assim como tensionar o posicionamento dos líderes mundiais diante da atuação das indústrias e das empresas que se dizem sustentáveis .



MAQUIAGEM VERDE: A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM DE EMPRESA SUSTENTÁVEL

Crédito: Pedro Alcântara/M'boia.

Em meio a inúmeras denúncias de movimentos sociais e entidades da sociedade civil a respeito dos impactos socioambientais da Cargill, a empresa tem construído estratégias articuladas baseadas no discurso da sustentabilidade, que tem como objetivo transformar, ou melhor, ocultar as práticas de exploração predatórias e violentas da atuação no Brasil. Isso é o que se tem chamado de *greenwashing* ou maquiagem verde.

A maquiagem verde consiste na promoção de uma falsa imagem de proteção ao meio ambiente feita por empresas por meio de discursos, propagandas e anúncios, que tem como foco principal demonstrar uma característica de responsabilidade social e ambiental que garantam a validação das mercadorias e o conseqüentemente consumo pela sociedade. Diante disso, a imagem de empresa sustentável se torna essencial para a continuidade das atividades mercadológicas da Cargill não apenas no Brasil, mas no mundo.



A construção do discurso de sustentabilidade pela Cargill se insere em um contexto mundial de debates sobre o papel das grandes indústrias no avanço da poluição, das emissões de gases de efeito estufa, do desmatamento e da crise climática de forma geral. Portanto, a Cargill estabelece mecanismos que se dizem sustentáveis para desvincular sua atuação no setor do agronegócio das constantes controvérsias socioambientais as quais é acusada.

No Brasil e, especialmente, no Oeste do Pará, onde a empresa possui um porto instalado há quase 20 anos, as denúncias são inúmeras e existem desde a instalação do primeiro porto em Santarém.

A chegada do porto representou também um avanço do agronegócio na região com o monocultivo de soja e milho, o que contribui para aumento do desmatamento, da contaminação do solo por agrotóxicos, entre outros problemas ambientais.

Além disso, o histórico de chegada da empresa no território é marcado por processos de violação de direitos humanos das comunidades do entorno, que não foram consultadas sobre a instalação do porto como estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os impactos e irregularidades da Cargill em Santarém são apontadas no estudo [“Sem licença para destruição - Cargill e violação de direitos no Tapajós \(Santarém\)”](#)

Toda a construção de imagem de empresa sustentável feita pela Cargill possui um forte apelo externo, estando presente, principalmente, nos produtos comunicacionais e de propaganda, demonstrando de forma bastante explícita a atenção que a empresa dá para como é vista pela sociedade.



Essa é uma estratégia de negócios visando o ganho financeiro na medida que cada vez mais pessoas e países demandam de grandes empresas práticas positivas com relação a mitigação de impactos ao meio ambiente. Maquiar e ocultar sob a carta da sustentabilidade os danos às comunidades, à terra e ao planeta de forma geral, é um dos objetivos da Cargill.

Para isso, a companhia tem como base a construção ativa do discurso que se assenta no propósito, explorado em seus relatórios anuais, como sendo o de “nutrir o mundo de modo seguro, responsável e sustentável!”. Essa frase funciona como uma espécie de slogan-guia dos mecanismos utilizados para limpar a imagem da Cargill.

Entre os mecanismos acionados para maquiar ecologicamente a atuação, em 2017, a Companhia mencionou um plano de ação para acelerar as reduções de gases do efeito estufa em suas operações, tendo também reiterado seu comprometimento com o Acordo de Paris. Os portos localizados na Região do Tapajós, em Santarém e Miritituba são mostrados como resultados positivos dentro da meta de redução de gases do efeito estufa.

O que a Cargill oculta, no entanto, são os impactos socioambientais causados com a instalação dos portos, por exemplo, nos rios onde pescadores artesanais observaram a diminuição de peixes e a necessidade de ir cada vez mais longe em busca do pescado, por conta da movimentação das grandes balsas e navios que atracam nos portos.

Os danos causados às comunidades são inúmeros e as estratégias ecológicas gestadas pela Cargill tentam em diversas frentes responder à sociedade com a imagem de empresa



sustentável. O compromisso mundial com o Acordo de Paris, políticas de proteção às florestas, a busca pelo desmatamento zero e a adoção de cadeias de produção “sustentável” da soja, são mecanismos que apenas escondem sob uma falsa fachada verde a atuação violenta e predatória da companhia.

A MAQUIAGEM DA MORATÓRIA

Um dos principais pilares da imagem de empresa sustentável da Cargill, no Brasil, está sustentado, por exemplo, na Moratória da Soja, um pacto ambiental firmado entre atores públicos e privados para diminuir o desmatamento na Amazônia. A Moratória da Soja foi declarada em 24 de julho de 2006, pelas indústrias e por exportadores da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), junto ao Ministério do Meio Ambiente, o Banco de Brasil e Organizações Não Governamentais.

Por meio da moratória as empresas - inclusive a Cargill - se comprometeram a não adquirir soja de áreas desmatadas da Amazônia a partir daquela data, mas posteriormente o pacto foi revisto e passou a considerar como data limite os desmatamentos que aconteceram após 2008, conforme previa o Código Florestal de 2012.

O acordo só foi criado após ampla pressão dos movimentos sociais e organizações não governamentais contra a Cargill, que denunciavam o desmatamento para a produção de soja e a instalação irregular de um terminal portuário para escoamento de grãos da companhia, em Santarém (PA). A pressão dos consumidores europeus também foi decisiva para o estabelecimento da moratória.



Reiteradamente a empresa tem destacado o “sucesso” da moratória, indicando que após esse pacto as taxas de desmatamento anual na Amazônia caíram 80%, [como a própria Cargill destacou em 2015](#).

No entanto, um olhar mais apurado nos revela os limites - e as maquiagens - desse acordo. A Moratória foi estabelecida em um período em que o próprio poder público centrou forças em combater o desmatamento na Amazônia, como por meio da criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e do lançamento do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (DETER) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ambos em 2004.

Além disso, o monitoramento das áreas desmatadas para a Moratória da Soja também pode ser questionado. Na prática, o monitoramento só é realizado em áreas com cobertura do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) em municípios com mais de 5 mil hectares de soja. O monitoramento da moratória também não contempla fornecedores indiretos, que abrem brechas para uma espécie de “lavagem da soja”. Ou seja, a soja produzida em áreas desmatadas entra na cadeia de produção da Cargill por meio de revendedores que estão em acordo com a moratória. [Uma investigação conjunta](#) da Repórter Brasil, do Bureau of Investigative Journalism e do Uearthed descobriu, por exemplo, que a Cargill foi uma das empresas que comprou soja de revendedores abastecidos por um produtor multado em R\$ 12 milhões por desmatamento e queimadas na Amazônia.




DESTRUIÇÃO EM OUTRAS ÁREAS

Mesmo se a moratória, em partes, contribuiu para a redução do desmatamento na Amazônia, é preciso destacar que a produção de soja - e o desmatamento - avançou para outros biomas, principalmente o Cerrado. Por essa razão, pesquisadores e ativistas reivindicam que a moratória seja estendida ao Cerrado, o que poderia impedir a conversão de 3,6 milhões de hectares de floresta nativa em áreas agrícolas, em 30 anos, como indicado em [estudo divulgado na revista Science Advances](#). A Cargill, [em carta](#), se manifestou contrária à Moratória da Soja no Cerrado.

É preciso lembrar que a Cargill é a maior compradora de soja da empresa SLC Agrícola, líder em desmatamento para a produção do grão no Cerrado, [segundo o grupo Chain Reaction Research](#).

Além da extensão territorial limitada ao bioma amazônico, a moratória também enfrenta um limite de se referir apenas ao cultivo da soja. Ficam de fora outras atividades ligadas, por exemplo, a produção do grão, como as infraestruturas de transporte de soja para a exportação. Além da instalação de terminais portuários que violam direitos de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no Tapajós, a companhia abriu as portas para a expansão do agronegócio de maneira ampla na região. Junto com os portos, chega uma série de empreendimentos que compõem o complexo logístico conhecido como Arco Norte. A Ferrogrão - uma ferrovia que ligará a cidade de Sinop, no Mato Grosso, ao distrito de Miritituba, no Tapajós (PA), é um dos exemplos mais emblemáticos. Apoiado pela Cargill, o projeto da Ferrogrão, se concretizado, impactará terras indígenas e unidades de conservação.



X CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR): UMA FERRAMENTA A FAVOR DO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO

Crédito: Marizilda Cruppe/Amazônia Real/Amazon Watch

Dentro da política de combate ao desmatamento da Cargill, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um dos principais instrumentos impulsionados pela companhia. Um registro eletrônico previsto no Código Florestal Brasileiro aprovado em 2012, o CAR é obrigatório para todas as propriedades rurais do país e fornece informações desde a identificação do proprietário e o tamanho total do imóvel até informações ambientais, como de área de preservação permanente e reserva legal que estão dentro do imóvel. Em tese, o CAR seria uma base de dados de georreferenciamento estratégica para o controle e monitoramento do desmatamento. Na prática, tem sido apropriado pelos ruralistas para violar direitos territoriais de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.



A inscrição no CAR é uma das exigências que a Cargill faz aos seus fornecedores de matéria-prima dentro do **Programa Soja Mais Sustentável** e no **Protocolo Verde de Grãos**.

PROGRAMA SOJA MAIS SUSTENTÁVEL

Iniciativa realizada em parceria com a The Nature Conservancy desde 2004 para reduzir o desmatamento na região do Tapajós. O programa se propõe a “promover a regularização ambiental da produção agrícola” e “fomentar a compra responsável da soja e o estímulo à produção sustentável”. A proposta foi posteriormente ampliada para a Amazônia.

PROTOCOLO VERDE DE GRÃOS

Acordo assinado em 2014 que envolveu o governo do Pará, Ministério Público e o setor privado - inclusive a Cargill - que estabelece para transações comerciais entre produtores do estado. Com o protocolo, a companhia se comprometeu a não comercializar soja de produtores que não possuam CAR, não emitam Nota Fiscal, estejam na lista de áreas embargadas ou com denúncia de trabalho análogo à escravidão, nem sejam tenham verificado o desmatamento ilegal pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes).



Dentro da **Política para Florestas da Cargill**, por exemplo, a transnacional criou em 2015 um [Plano de Ação para a Proteção de Florestas](#) que estabelece o CAR como requisito para compra da soja, no Brasil.

Em 2016, a empresa informou no [relatório anual brasileiro](#) ter feito um diagnóstico da cadeia de fornecimento e já ter realizado uma campanha de comunicação sobre o CAR e sobre o Código Florestal. Os produtores que até então não estavam inscritos no Cadastro Ambiental Rural assinaram uma declaração se comprometendo a fazer o registro.

O mesmo relatório também destacou que 300 funcionários foram treinados para a implementação do CAR e que avaliaram o cadastro de 12 mil produtores ligados à cadeia de produção de soja no país.

Além disso, a empresa também revela ter ações “pós-CAR”. A Cargill indicou dar suporte aos estados do Pará e Mato Grosso na regulamentação do Programa de Regularização Ambiental (PRA), iniciativa dos órgãos estaduais de meio ambiente para apoio técnico para regularização ambiental de áreas degradadas, O PRA prevê, por exemplo, a

POLÍTICA PARA FLORESTAS DA CARGILL

A Política para Florestas da Cargill foi criada em 2015, após a companhia endossar a Declaração de Nova York sobre Florestas, resultado da Cúpula do Clima da ONU de 2014. A declaração previu diminuir o desmatamento pela metade até 2020 e acabar totalmente com o desmatamento até 2030.



assinatura de um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) que proporciona a suspensão de execução de multas aos proprietários de áreas desmatadas.

EXPLORAÇÃO E VIOLAÇÃO

Ao analisarmos mais de perto, no entanto, é possível observar que uma política de controle ao desmatamento que tem o CAR como instrumento central é insuficiente, e não raras vezes, o discurso de sustentabilidade sustentado no registro do Cadastro Ambiental Rural é, na verdade, uma falácia.

Isso porque, ao exigir o CAR dos produtores, a Cargill não analisa, entre outros pontos, se a propriedade rural está sobreposta a territórios indígenas, quilombolas e tradicionais. Uma [reportagem do portal De Olho nos Ruralistas](#) de 2020, por exemplo, denunciou que a Cargill compra soja de fazendas que estão dentro da Terra Indígena Munduruku Apiaká do Planalto Santareno, em Santarém, no Oeste do Pará. Os mais de 600 indígenas que vivem no local aguardam desde 2008 a delimitação e a demarcação do território ancestral, formado pelas aldeias Açaizal, Amparador, São Francisco da Cavada e Ipaupixuna.

Por causa da morosidade da União e Fundação Nacional do Índio (Funai) – órgão responsável pelo processo de delimitação das terras indígenas -, o Ministério Público Federal entrou, em 2018, com uma Ação Civil Pública para denunciar a omissão dos órgãos e cobrar o avanço no processo de demarcação da TI Munduruku. Em resposta a isso, 10 fazendeiros com terras sobrepostas ou limites ao território indígena pediram para ingressar também na ação.



Enquanto a demarcação da terra indígena não avança, as famílias sofrem com o avanço da soja e a utilização de agrotóxicos. Segundo relato dos indígenas, o principal igarapé da comunidade foi assoreado por conta das lavouras e as famílias não utilizam mais a água por medo da contaminação pelos agrotóxicos. As plantações e árvores nas casas das famílias também estão sendo mais atacadas por insetos e pragas, que agora se concentram nas áreas indígenas, onde não se utiliza veneno agrícola.

Além disso, os indígenas frequentemente são vítimas de ataques dos fazendeiros. Em 2018, os sojeiros invadiram uma reunião entre os indígenas e uma equipe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), na aldeia Açaizal, como forma de intimidação.

GRILAGEM DE ÁREAS

Além dos conflitos provocados pela sobreposição de cadastros ambientais rurais individuais sobre outros territórios coletivos, as políticas de sustentabilidade adotadas pela Cargill e o monitoramento do CAR também não observam a grilagem de terras na Amazônia.

Ao estabelecer que a produção de soja não deveria avançar sobre as áreas de florestas, a Moratória da Soja – um dos principais instrumentos em que a Cargill se ampara para defender uma atuação “sustentável” – fez com que produtores de soja buscassem áreas desmatadas antes de 2008 que, em sua maioria, eram pastagens. Isso não representou a redução da área ocupada para criação de gado, mas a busca



por novas áreas que foram desmatadas por esse fim. Essa grande procura resultou na expulsão de camponeses, quilombolas e povos e comunidades tradicionais de seus territórios, e alimentou o mercado de grilagem de terras.

O registro no CAR de terras griladas, inclusive, tem sido utilizado como ferramenta para comprovar posse e reivindicar a regularização de terras – um processo que pode ser facilitado caso o Senado Federal aprove o Projeto de Lei 2633/2020, conhecido como PL da Grilagem.



RASTREABILIDADE DA PRODUÇÃO: MECANISMO DE OCULTAÇÃO

Crédito: Alberto César Araujo/Amazônia Real

Enquanto no Brasil a Cargill se ampara no registro do CAR para monitoramento de fornecedores, à nível global a companhia se ampara em outros mecanismos de controle. Cada vez mais a tecnologia tem sido elemento central na construção de uma política de aparente sustentabilidade da empresa.

Na busca por criar “cadeias sustentáveis de valor”, a Cargill aposta no uso de aplicativos, GPS e práticas de digitalização para aumentar a rastreabilidade dos produtos. Projetos desenvolvidos na Costa do Marfim e em Gana, por exemplo, estabelecem sistemas de rastreabilidade de todos os produtores de cacau.



A ideia de rastrear toda a cadeia de produção poderia ser um importante instrumento de controle social, pois permitiria aos consumidores conhecer quem são os fornecedores dos produtos da companhia, e assim controlar se a empresa adquire matéria-prima de fazendeiros que, ainda que não desmatadores, são violadores de direitos.

No entanto, os instrumentos de rastreabilidade são utilizados como mais uma ferramenta de *greenwashing*, onde a empresa se propõe a mostrar aos consumidores como seus produtos são produzidos. Foi essa a proposta, por exemplo, da iniciativa [‘Honeysuckle White turkey’](#), nos Estados Unidos. Por meio de uma tecnologia *blockchain* – um banco de dado que facilita o rastreamento das ações –, a companhia se propôs a fornecer dados sobre a cadeia de produção do peru, o prato principal dos estadunidenses no feriado nacional de Ação de Graças. Com o código disponível na embalagem do peru e utilizando um smartphone, os consumidores poderiam verificar os passos da cadeia de produção do animal, ver fotos das famílias produtoras e acessar mensagens do fazendeiro que criou o peru.

Imagine que algo parecido poderia ser aplicado no Brasil, na produção de soja: fazendeiros – como os que intimidam os indígenas Munduruku e Apiaká em Santarém (PA) – gravariam vídeos destacando como a soja é produzida sem desmatamento. No entanto, esconderiam que propriedades estão localizadas dentro de território indígena, ou que o uso de agrotóxicos utilizados na



monocultura tem contaminado as comunidades próximas e contribuído para um desequilíbrio ecológico, como na mortalidade de abelhas e outros insetos polinizadores.

Além disso, no processo de rastreabilidade do produto, a Cargill não falará, por exemplo, que a soja produzida e exportada do Brasil é escoada por meio de um porto construído em cima de um sítio arqueológico e território sagrado indígena, nem que a obra foi feita desrespeitando a legislação ambiental brasileira, com a conivência dos órgãos ambientais e do próprio Sistema de Justiça.




A FALSA BIOECONOMIA

Crédito: Bruno Kelly/Amazônia Real

A estratégia de sustentabilidade da Cargill vai muito além de temas como clima e desmatamento. Em nível global, a empresa tem também um forte investimento em práticas associadas à bioeconomia. Nessa perceptiva, são propostas soluções baseadas na utilização de recursos naturais para balancear a produção agrícola e a proteção do meio ambiente.

A companhia, por exemplo, desenvolve um projeto na Alemanha onde fazendeiros reservam uma área de suas propriedades para cultivo de flores, árvores frutíferas e áreas de refúgio para animais silvestres de forma a atrair abelhas que auxiliam na polinização da safra e, conseqüentemente, são benéficas a produção.




Em alguns casos, os produtos da Cargill também podem ser usados como solução em outros setores. Por meio da Unidade de Negócios Cargill Especialidades Industriais – ou CIS, na sigla em inglês – a empresa detém também a marca Cargill Anova, que oferece aditivos de asfalto com base biológica que prometem aumentar a quantidade de asfalto que pode ser reciclado, além da lucratividade e longevidade do produto.

Ao observarmos de perto essas e outras inúmeras iniciativas promovidas pela empresa como “soluções verdes”, é possível perceber que as oportunidades de negócio são, na realidade, o que guiam e direcionam a execução de práticas sustentáveis.

A ideia de bioeconomia apresentada pela Cargill tem como horizonte o aumento da produtividade e da lucratividade, sem considerar, no entanto, a forma de bioeconomia popular desenvolvida pelos povos e populações locais nas diferentes regiões de abrangência da companhia.

Na Amazônia, soluções baseadas na bioeconomia apoiadas por empresas como Cargill e outras gigantes do agronegócio não apostam em um modelo que considere a forma de bioeconomia promovida há séculos por indígenas, quilombolas e populações tradicionais, que têm conservado as florestas ao longo do tempo.

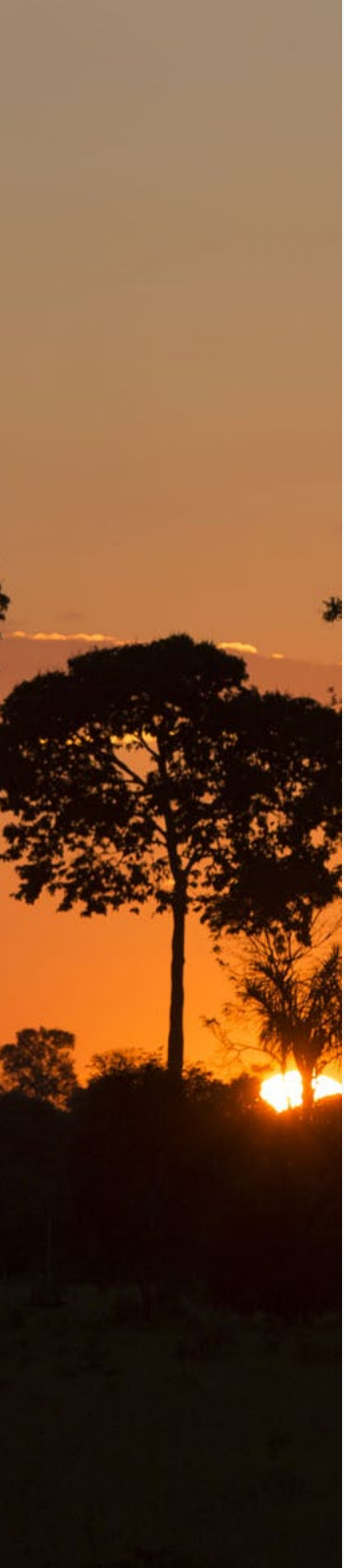
Pelo contrário: soluções defendidas por essas corporações costumam restringir o acesso dessas populações aos seus territórios e promover desequilíbrios ecológicos ao optar por iniciativas que privilegiem determinada forma de proteção sem considerar a coletividade e a complexidade da sociobiodiversidade da região.



A Cargill, por exemplo, foi uma das patrocinadoras do [Fórum Mundial de Bioeconomia](#), realizado em Belém entre os dias 18 a 20 de outubro de 2021. A atividade contou também com o patrocínio de empresas como a Hydro - responsável pelo vazamento de metais pesados no Rio Murucupi, em Barcarena (PA), em 2018 - e a Agropalma - responsável por dois derramamentos de óleo de palma no Rio Acará, em Tailândia (PA), em 2019.

Em oposição a esse evento de mercado, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) organizaram no mesmo período o Encontro Amazônico da Sociobiodiversidade. O [documento final do evento produzido](#) pelos participantes reforça a defesa de uma sociobioeconomia alinhada com a ciência e tecnologia para melhor a coleta dos produtos florestais e da pesca, de modo a respeitar os modos de vida. "Somos contra processos de inovação que resultem em pacotes tecnológicos e sistemas de produção de altos insumos, difundidos para substituir a floresta nativa por monocultivo de variedades geneticamente uniformes, com o objetivo de atender a indústria de alimentos e depois serem falsamente propagados como sistemas ambientalmente adequados. Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham ameaçar nossos territórios, as nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir".

E reforçam: os povos indígenas, quilombolas, extrativistas e comunidades tradicionais da Amazônia não compactuam com estratégias baseadas na lógica do mercado,



pensadas por empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam direitos ou que não condizem com a realidade desses povos.

Por fim, os mecanismos de maquiagem verde construídos pela Cargill estão assentados nas políticas institucionais, permitindo que a empresa venda para a sociedade a fachada de amiga e protetora do meio ambiente enquanto em diversas outras instâncias segue incentivando o monocultivo da soja e do milho, instalando portos sem consulta às comunidades e violando os direitos de povos tradicionais.

No contexto de crise climática e de negociações para proteção do meio ambiente, o exemplo de *greenwashing* praticado pela Cargill nos aponta a urgência de atenção para as soluções baseadas no mercado. Soluções ambientais que não considerem os modos de vida das comunidades e povos tradicionais não são possibilidades reais de conter o aquecimento global e garantir o futuro do planeta.